

O Negro

JANEIRO DE 86

faz parte da história!

**Através do Conselho da Comunidade Negra
e da Secretaria Municipal de Educação
a História do negro
foi inserida nos currículos escolares.**

A Comissão de Educação e o Novo Currículo

Para o ano de 86, pela primeira vez, os alunos paulistanos terão oportunidade de conhecer a História do negro e sua contribuição política, econômica e cultural; é que cumprindo uma antiga reivindicação de toda a comunidade negra, a comissão participou da proposta de mudança curricular efetuada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

O que Mudou com o Novo Currículo

Neste novo currículo, os professores estão alertados para trabalhar a auto-

imagem do aluno negro. Nos seus procedimentos deverão os professores citar exemplos também de famílias negras, apresentando o negro nas diversas situações e profissões, contrariando os livros didáticos que colocam o afro-brasileiro em posição subalterna.

A partir da 4.ª série do 1.º grau, começa a revisão do papel do negro, colocando-o, como o primeiro trabalhador remunerado. Conta-se também suas lutas, suas resistências, a marginalização através da pseudo-abolição e questiona como vive o negro hoje.

Alguns itens incluídos no currículo de 5.ª a 8.ª sé-

Foto: David L. Poli



Sonia Fátima Conceição, conselheira, acompanhada de Rachel de Oliveira, responsável pela Comissão de Educação.

ries do 1.º grau: 1- A resistência do negro à escravidão e suas formas de luta. 2- A vida do negro na África antes do contato com os europeus. 3- O negro escravo como mercadoria. 4- O Quilombo de Palmares co-

mo modelo da resistência coletiva à escravidão. 5- A imprensa negra. 6- O objetivo do movimento negro na atualidade.

• mostrar que a origem dos preconceitos atuais está na anulação dos valores da

cultura negra feita pelos colonizadores como forma de legitimar a dominação.

• recuperar a identidade cultural dos negros a partir de suas origens africanas.

• combater as visões preconceituosas do negro em todos os meios de comunicação.

• denunciar discriminações de todos os tipos.

A revisão curricular é apenas um passo de mudança dentro da educação, a garantia do trabalho será consolidada pela comissão de educação, que está desenvolvendo projeto de resgate cultural para atuação dentro das escolas.

Projeto de pesquisa sobre a situação educacional de negros no Estado de São Paulo

A partir de reuniões com o Centro de Informações Educacionais — CIE, Secretaria de Educação e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra decidiu-se colocar em andamento o projeto de pesquisa elaborado pela Fundação Carlos Chagas sobre a situação educacional do negro no Estado de São Paulo.

Sendo a educação uma das áreas prioritárias do Conselho, viu-se a necessidade de oficializar este projeto aprovado pela Secretaria de Educação, o qual foi oficializado em 02.07.85.

O Projeto "Diagnóstico sobre a situação educacional do negro" tem as seguintes propostas:

- 1 — Revisão bibliográfica sobre o livro didático.
- 2 — Discussão do quesito cor nas estatísticas oficiais
- 3 — Utilização das tabelas já existentes (do IBGE e da Fundação Carlos Chagas) que possibilitarão uma visão geral da situação do negro.
- 4 — Propõe-se analisar a questão dos estereótipos raciais enfocando a problemática do negro. Esta pesquisa teve seu início no mês de agosto/85, com um exaustivo levantamento bibliográfico, sobre os temas que englobam vários aspectos referentes à situação do negro na área de educação.

O levantamento bibliográfico teve uma duração de dois meses e meio, tendo sido realizado na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, no Cam-

pus da USP e na PUC. Entramos em contato com várias bibliotecas de outros Estados, as quais estão nos enviando materiais referentes ao assunto.

Foram feitos levantamentos no Banco de Teses da USP e da Fundação Carlos Chagas. E dos contatos estabelecidos com pessoas de São Paulo e de outros Estados conseguimos uma grande quantidade de material. Participamos de seminários e debates sobre Educação.

Participamos do II Encontro do Negro na Educação, realizado no Rio Grande do Sul, em outubro deste ano, onde coletamos vasto material para este trabalho. Na Jornada do Negro pela Constituinte, realizado em Campinas, promovido MNU — Movimento Negro Unificado e IFCH — Unicamp, no mês de novembro/85, participamos nas mesas que discutiram os seguintes temas: O menor abandonado; Cultura negra e educação; Desemprego e Discriminação Racial no Trabalho, entre outros.

Num segundo passo da pesquisa, estamos iniciando as leituras do material coletado, que foi dividido em três partes: a) Aspecto histórico; b) Aspecto psicológico; e c) Aspecto estatístico.

Dentre as entrevistas que deveremos efetuar durante a pesquisa, a primeira foi feita com o escritor, sociólogo e historiador Prof. Clóvis Moura, enfocando os trabalhos por ele realizados.



Vilma Lucia de Oliveira,

atuante pela emancipação da mulher negra. Acha que o conselheiro tem que ter uma preocupação com os setores da sociedade para participar mais efetivamente no desenvolvimento da comunidade negra. Exemplo economia, cultura, política, segurança, educação etc. Para ela a participação como conselheira é fundamental, a proposta de buscar um instrumento de luta para a comunidade deve visar a participação e desenvolvimento e buscar soluções a curto e longo prazos. Quais foram suas decepções quando se conscientizou dos problemas da mulher?

Ao despertar minha conscientização comecei a me perguntar: onde estamos? Foi aí que as decepções começaram.

No que se refere à escala social o último degrau está reservado para ela.

Bem! não podemos esquecer o papel Histórico de nossa introdução neste país, viemos servir a assim chamada civilização ocidental e cristã. Então essas gerações de mulheres negras exploradas e marginalizadas levará muito tempo para recuperar-se e equiparar-se ao desenvolvimento que as mulheres não negras, já atingiram e conquistaram até hoje. A repressão social e econômica e os meios de comunicação, nos desclassificam bastante, os valores machistas que o homem negro também assimilou e impõe sobre nós; prejudicando muito a parte psicológica e o nosso interior, como um ser inferior. Como conselheira, questiona muito a forma como foi estruturado o Conselho: entre 38 membros dentre os quais profissionais liberais e sindicalistas, esportistas, intelectuais, professores, técnicos

A Mulher Negra



ligados a todas as áreas, somente 07 (sete) são mulheres, não houve a preocupação de escolher mulheres que pudessem cobrir todas as áreas, como no caso dos homens. Quando criaram-se as comissões de trabalho para se desenvolver junto à comunidade, ex: menor, segurança, educação, cultura, até aí tudo certo, ah!... quando se falou na necessidade de criação de uma comissão de mulheres, foi um "Deus nos acuda", chegaram a dizer que não era necessário discutir nada sobre nós. Agora estamos começando a caminhar nesta questão. Encerramos nosso 1.º ano de erros e acertos, cremos no conjunto, e o esforço para o êxito. Amadurecemos muito e estamos

confiantes no futuro. Temos alguns projetos para 86, o I Encontro da Mulher Negra dar-se-á em 11 de janeiro de 86, das 9 horas às 18 horas na sede do conselho. Objetivando a retomada do trabalho de mulheres e a unificação de propostas, a discutir nos diversos setores de atuação que levará a realização de um encontro Estadual e um Nacional. Estas propostas e o caminho de uma sociedade justa, onde homens e mulheres de todas as raças venham ter uma participação igualitária num futuro muito próximo. Acreditamos que nenhuma democracia se realizará em qualquer parte do mundo se não houver a participação e o respeito entre os homens e as mulheres.

A Recuperação de Cafundó

Doze quilômetros distantes da cidade de Salto de Pirapora, 30 de Sorocaba, sede regional de escritório de governo estadual (ERG) e um sinuoso caminho de terra que segue na direção de Cocais envolvem uma trajetória difícil para se chegar aquele fundo de vale de bairro rural de maioria negra, de cuja história traz o significado em seu próprio nome.

Muito do que se falou até hoje sobre Cafundó e o que se ressaltou "é que aqui veio muita gente, toda vida veio muita gente, pra fotografar o pessoal, pra levar num programa de televisão, mas de efetivo ninguém trouxe nada", nas palavras de Rudney Gori, diretor do ERG/Sorocaba e um dos técnicos de um grupo enviado pela Secretaria do Interior para estudar e solucionar os problemas daquela comunidade. Para Rudney "o trabalho nosso, fundamentalmente, é cutucar a onça com a vara curta", isto porque Cafundó é um bairro não muito diferente dos demais bairros pobres de periferia, só que, além de ser caracterizado como área de conflito, de briga com grileiros, é também uma comunidade negra que, apesar das mortes, das perseguições e de algumas dispersões de seus membros, ainda preserva hoje uma "língua africana" ou "falange" do Cafundó ou ainda "falange africana", como chamam os pesquisadores. E é através desta riqueza, que "está na origem de nossa história", que esta comunidade consegue manter a cultura, manter a forma, "a cultura que passa por várias coisas, inclusive a forma de conversar" e é justamente por conseguir manter isso que vem "o motivo pelo qual a gente está procurando ajudar, para poder essa riqueza ser mantida. Esse é o motivo principal, além do motivo humano e essa coisa toda", na opinião de Paulo Itacarandi, coordenador desse grupo de trabalho, em que se faz presente um único negro, Jurandir Nogueira, também da Secretaria do Interior.

Retorno à ocupação das terras

Dos moradores que resistiram, hoje restam apenas nove famílias, um pouco mais de



cinquenta pessoas. Das terras em seu poder, não chegam nem a oito alqueires, mesmo existindo uma lei federal que fala num mínimo de dez por família. Muitos até já abandonaram a região, por questões de sobrevivência, fugindo para outras cidades, para outros Estados, mas querem voltar, querem a terra para trabalhar, querem o reconhecimento do direito às áreas tomadas. Para isso os técnicos vão levar a desapropriação, via INCRA, justificando as agressões que sofreram estas famílias, dando-lhes o direito de retorno à ocupação, mas para isso vão ter que estar unidos. "Se uma questão é plantar e plantar unidos para todas as famílias estarem juntas, mais grave ainda é quando se está lutando pela terra. Vão se dedicar, trabalhar, vão crescer e se desenvolver com grande esforço, já que essa terra não é tão boa e como vão disputá-la, o esforço é maior ainda. É essa união, é claro, que tem que existir", justificam os técnicos.

Trem nos trilhos

Antonio Telejinski, que faz parte do grupo como advogado e designado para atuar nessas áreas de conflito, fala da importância dessa união e da disciplina entre os moradores porque "estamos começando a colocar o trem nos trilhos

e vamos entrar agora com toda a veemência, com toda a coragem", através de um processo que se chama "interdito proibitório". "Eu vou brigar com vocês, com a ajuda de todos nós. Quem vai se unir à briga são vocês", ratifica Telejinski, observando sobre um levantamento das escrituras próximas a estas áreas conflituosas: "uma escritura que reza cento e oito hectares ou quarenta e cinco alqueires hoje tem cento e setenta e um hectares ou setenta e cinco alqueires" para depois perguntar: "a escritura, a terra deles acabou que nem bonachã?".

Do total das terras de Cafundó, originariamente um pouco mais de oitenta alqueires, hoje não chegam nem a dez por cento disto em poder de fato da comunidade, sem contar com a área de Caxambu, há quinze anos desaparecida das mãos de seus reais proprietários. É que estes, como descendentes de escravos, vindos de Angola, na época da abolição da escravatura, receberam estas duas áreas, como doação, de Joaquim Manoel de Oliveira, o antigo senhor das terras. Estas terras foram doadas a um casal de escravos: Joaquim Congo e sua mulher, Ricarda. Das duas filhas deste casal, Ifigênia e Antonia, surgiram as parentelas Almeida Caetano e Pires Cardoso.

Elo de uma entidade perdida

E hoje são essas duas famílias que se encontram em Cafundó onde Benedita Pires Pedrosa, Dona Dita, com seus cento e nove anos, diz só sair dali se for para o asilo, entendendo, com isso, se for levada à força. Já Otávio Caetano, "seu" Otávio, com seus sessenta e quatro anos, é tido co-



Foto do Sr. Otávio Caetano líder da Comunidade de Cafundó

mo o patriarca, o grande mestre do Cafundó, por ser ele quem ensina a língua africana, passando o seu segredo para as pessoas e dizendo que aprendeu tudo com sua mãe. A língua é tida como muito rica, onde os falantes utilizam um vocabulário composto de palavras em grande parte encontradas em banto, quimbundo e quicongo e eles passam para os outros, falando e fazendo e aprendendo. O valor da língua é tanto que, da situação de penúria por que passaram, hoje

aumentou o prestígio deles exatamente porque aumentou o prestígio de sua "falange africana" onde esta passou a ter um valor de troca, antes desconhecido, dizem as pesquisas do professor Carlos Vogt, da UNICAMP, entusiasta e intermediário responsável pela divulgação e recuperação de Cafundó. "A língua como um elo de uma identidade perdida, identidade étnica de pretos, de língua africana" e que "pelo simples fato de utilizar esta língua já se auto-representam como sendo africanos".

Sobre sua atuação, Carlos Vogt diz que é pesquisador, cientista, e que por razões do coração, razões políticas e humanitárias acabou se envolvendo nisso tudo. E à medida que as pesquisas corriam, os problemas iam surgindo, para ele, problemas desde pressão, crime, assassinato, vários dramas, até se chegar no que está hoje, repercutindo numa "tentativa organizada, não só de boa vontade, mas ideológica". E, para atender reivindicações desta comunidade, a Secretaria do Interior vem articulando outras Secretarias, outras entidades que se fizeram perti-

nentes para ajudar o Cafundó, seja na instalação de rede elétrica, já em andamento, seja nos pedidos de telefone público e até mesmo de um meio de transporte. Importante também foi a articulação com a Secretaria da Agricultura para fornecimento de infraestrutura no tratamento da terra e na doação de sementes para plantio e fixação dessa gente no seu próprio meio.

Texto e fotos: José Camilo dos Santos

O professor Carlos Vogt, da UNICAMP, desde 1978 desenvolve um trabalho junto à comunidade negra de Cafundó que é fruto de várias pesquisas, teses e um livro onde chega até a comparar Cafundó com Patrocínio, outra situação de línguas africanas no Estado de Minas Gerais. Feliz pelo interesse da Secretaria do Interior com relação à tomada de posição para recuperar aquela comunidade, até mesmo solicitando ajuda de setores especializados para tocar certos assuntos, sorridente, depois dos debates e de ouvir a população local, ele diz que "de vez em quando os astros se alinham".

Sobre o resultado positivo de sua pesquisa: "é um trabalho que fundamentalmente parte da questão da língua, que eles chamam de



'cupópia', da 'falange' e a partir daí nós tratamos do problema das relações sociais, das relações políticas, das relações de parentesco, ampliando a partir da linguagem. Quem sabe se a gente se unir aí para fazer um levantamento, do ponto de vista da compreensão do processo cultural do Brasil, das relações inter-étnicas, as chamadas relações raciais e, hoje,

bem verdade, relações culturais e o processo de cooperação, de transformação, de modificação. Aí a importância da comunidade é total porque ela vai trazer elementos que podem modificar várias concepções, desde elementos que dizem respeito, por exemplo, ao destino das famílias negras no Brasil depois da abolição".

Carlos Vogt afirma ain-

da que existem teses no Brasil de que as famílias negras se dispersaram e que é impossível traçar o histórico delas por mais de duas gerações ou três. Diz que não é verdade isso e que aqui nós temos a possibilidade de recuperar a história de, pelo menos, 180 anos. Conclui, apelando: "meu interesse é que de repente as pessoas, outros pesquisadores de outras universidades, interessassem pelo assunto e tocassem essa história".

"Nós temos que seguir essa viagem até o final"

"Seu" Otávio com toda a sua simplicidade, fala que "de agora pra frente eu acho que pra mim está bem e eu acho que pra todos aí que estão escutando eu acho que está bom também. O pessoal está nos

apoio para levantar. Temos que acompanhar perfeitamente para sairmos de onde estávamos e subir. Nós temos que seguir essa viagem até o final. Nós temos que acompanhar o processo".

Mais adiante ele comenta sobre os tempos passados, sobre a escola, quando aprendeu a escrever em português e o que ele ensina da sua língua africana: "comecei a fazer meu nome e tudo. Meu nome eu faço mal e mal, meio 'pindusquidão', mas dá pra sair. Agora a gente ensina 'cupópia', 'zavuro'..." E "seu" Otávio vai por aí afora, falando em africano, brincando com a gente, que só mesmo o professor Carlos Vogt para ajudar, traduzindo e incentivando: "é isso aí, 'seu' Otávio, é isso que não pode parar".